

Senadores ouvem presidentes de tribunais sobre reforma do Judiciário

Ministros Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, e Paulo Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça, participam amanhã de audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral, defende o aperfeiçoamento do texto aprovado pela Câmara dos Deputados

PÁGINA 4



A preservação da Mata Atlântica (foto), da Floresta Amazônica e do Cerrado está entre as causas a que o Partido Verde vem se dedicando, ressaltou, em discurso no Plenário, o senador Júlio Eduardo. Como seu primeiro representante no Senado, ele fez um histórico das atividades do PV, criado no Brasil em 1986. "O partido pretende contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos do Brasil", afirmou.

PÁGINA 8

Amir Lando é o relator da proposta orçamentária para 2001



Parlamentares terão 11 dias para emendar Orçamento

PÁGINA 2

TV Senado passa a ter sinal aberto para antenas parabólicas

Quem possui antena parabólica comum já pode sintonizar a TV Senado sem depender de serviço de televisão por assinatura. Com essa nova forma de transmissão, devem ser incorporados mais oito milhões de telespectadores.

PÁGINA 7

CCJ APRECIA PROJETO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

PÁGINA 4

AUMENTO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DA PETROBRAS ESTÁ NA PAUTA DA CAE

PÁGINA 3

COMISSÕES DISCUTEM EM REUNIÃO CONJUNTA PARECER SOBRE PROPAGANDA DE CIGARROS

PÁGINA 5

PLENÁRIO EXAMINA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS

PÁGINA 3

ACUSADO DE ENVOLVIMENTO EM ROUBO DE CARGAS PRESTA DEPOIMENTO À CPI

PÁGINA 2

CRE VOTA SUBSTITUTIVO QUE RESTRINGE O PORTE E PERMITE A POSSE DE ARMAS

PÁGINA 3



Álvaro denuncia pressões, mas garante rigor na investigação

PÁGINA 8

Projeto de Orçamento começa a receber emendas no dia 1º de novembro

Acordo pode garantir reajuste do salário mínimo superior ao proposto pelo governo

Durante 11 dias, a partir de 1º de novembro, deputados e senadores poderão apresentar emendas ao projeto de Orçamento da União para 2001. Caso haja acordo político, poderá ser oferecida inclusive emenda para destinar mais recursos à Previdência Social, garantindo assim reajuste do salário mínimo acima dos 5,57% propostos pelo governo. Pela proposta orçamentária, o mínimo passaria para R\$ 159.

Com esse acordo, o relator-geral do projeto de Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), poderia cortar verbas de algumas áreas e redirecioná-las à Previdência para garantir um mínimo acima dos R\$ 159. Sua margem de manobra, no entanto, é pequena, pois existem gastos intocáveis no Orçamento, destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, aos benefícios previdenciários, aos juros e amortizações da dívida e às aplicações mínimas com saúde e educação. Outra opção é aumentar as receitas, reavaliando a arrecadação ou criando novas alíquotas de contribuições ou impostos.

Em seu relatório parcial sobre re-

ceitas, Amir Lando apontou alternativas que podem gerar novas arrecadações, além dos R\$ 268,9 bilhões previstos pelo Executivo. Uma delas é a reavaliação de receitas de contribuições e impostos, mas o relator preferiu esperar o comportamento da arrecadação federal até novembro para apresentar seus números. Além disso, ele propõe ao Congresso que resolva a pendência judicial entre a Receita Federal e os fundos de pensão, que conseguiram liminares contra o pagamento de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras. Só essa cobrança poderia render cerca de R\$ 2 bilhões a cada ano.

Amir Lando sugere ainda que o Congresso aprove o projeto — já em tramitação — que autoriza a Receita Federal a pedir à Justiça a quebra de sigilo bancário de quem faz grandes movimentações financeiras mas nada declara no Imposto de Renda. A Receita tem os nomes de pessoas e empresas nessa situação, mas a atual legislação a impede de usar dados dos bancos sobre recolhimentos de CPMF para iniciar processos de cobrança de imposto.

CPI do Roubo de Cargas ouve presidiário amanhã

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o



roubo de cargas em rodovias, ferrovias e rios em todo o país ouve amanhã, às 15h, o depoimento do presidiário Laércio da Cunha, acusado de envolvimento com o crime organizado. Ele é o terceiro detento a depor na CPI, que já ouviu Jorge Méres, que trabalhou para uma quadrilha de Campinas (SP), e Ananias Elizário, assassinado uma semana após prestar de-

poimento.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a

CPI teve seu prazo de funcionamento estendido por mais um ano e deve iniciar, a partir de novembro, uma série de visitas aos estados onde a incidência do roubo de cargas é maior. O primeiro será São Paulo, em cujas rodovias ocorre pelo menos a metade dos casos. Em dezembro, os parlamentares devem realizar audiências públicas no estado do Maranhão.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente Antonio Carlos Magalhães	
PLENÁRIO	
14h30 — Sessão não deliberativa	
PREVISÃO PLENÁRIO	
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PDL nº 81/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador (BA); PDL nº 208/2000, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro (RS); PDL nº 209/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília (AC); PDL nº 210/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul (AC); e Requerimento nº 522/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 186 e 196, de 2000, por regularem a mesma matéria.	
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PDL nº 105/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Correio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande (PB); PDL nº 202/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Intersom — Emissoras de Frequência Modulada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos (SP); PDL nº 214/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Aracatuba para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracatuba (SP); e Requerimento nº 523/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 148 e 169, de 2000, por regularem a mesma matéria.	
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 235/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Goitacá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos (RJ); PDL nº 20/2000, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguacema (TO); PDL nº 211/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tarauacá (AC); PDL nº 212/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xapuri (AC); e PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.	
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa	
COMISSÕES	
Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 533/99, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das beneficiárias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; e PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>	
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir a PEC nº 29/2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo como convidados os ministros Carlos Mário Velloso e Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, e Paulo Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>	
11h30 — Comissão de Educação	
Pauta: PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações da Internet; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão e fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legenda Oculta na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLS nº 478/99, altera o artigo 70 da Lei nº 9.615/98, para aumentar o percentual mínimo, de 7% para 15%, a que têm direito as entidades desportivas; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</i>	
15h — CPI de Roubo de Cargas Pauta: depoimento de Laércio da Cunha. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>	
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: Orçamento Geral da União 2001; Mensagem nº 165/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Tomas Maurício Guggenheim para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Gabão; Mensagem nº 174/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Ney Prado Dieguez para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana; PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLS nºs 386/99 e 614/99), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; PLS nº 386/99 (em tramitação conjunta com os PLS 292/99 e 614/99), que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e PLS nº 614/99 (em tramitação conjunta com os PLS 292/99 e 386/99), que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5</i>	
Quarta-feira 10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>	
10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: apresentação de cinco emendas ao Orçamento da União do ano 2000. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>	
Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; PLC nº 25/2000, que cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região; emendas de plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estimulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; emendas de plenário nºs 4 a 7 ao PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 43/2000, que dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idades para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento, da Foz do Velho Chico; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; PLS nº 591/99, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PLS nº 475/99, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículo por microempresa e empresa de pequeno porte; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, estabelecendo hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; e PLS nº 113/2000, altera a Lei Complementar nº 64/90, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>	
ESPECIAL	
18h30 — Mostra de Filmes Chineses — O Senado, em conjunto com a Embaixada da República Popular da China, promove uma mostra da produção cinematográfica chinesa. Os filmes serão exibidos com legendas em espanhol. Uma exposição de pinturas a óleo de novos talentos da pintura também estará aberta ao público de 9h às 18h. Programação: 23.10 — Filme: <i>A Traça Feiteira</i> , de Cai Yuanxuan 24.10 — Filme: <i>A Última Imperatriz</i> , de Chen Jialin e Sun Qingguo 25.10 — Filme: <i>Balseiros no Rio Amarelo</i> , de Zhou Xiaowen 26.10 — Filme: <i>Vencedor</i> , de Huo Jianqi. <i>Audatório Patrônio Portella</i>	
Quarta-feira 12h — Cultura ao Meio-Dia Filme: <i>X Man</i> , de Bryan Singer. <i>Audatório Patrônio Portella</i>	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helivaldo Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota projeto que dispensa licitação para entidade filantrópica

Proposta de José Roberto Arruda estabelece que o benefício só será concedido se a organização demonstrar a destinação social que pretende dar ao bem público a ser utilizado

Entidades religiosas ou filosóficas que prestem serviços filantrópicos sem fins lucrativos poderão ser dispensadas de licitação quando requererem o uso de bens públicos. Projeto nesse sentido, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), será votado na quinta-feira pelo Senado.

Pela legislação atual — a Lei 8.666/93, que regulamenta os contratos na administração pública —, estas entidades devem participar de licitação para explorar por meio de concessão bens de propriedade do Estado. Segundo Arruda, o objetivo do projeto é corrigir essa distorção, visto que atinge instituições que prestam serviço de relevante interesse social.

Pelo projeto, a licitação só será dispensada se a entidade assistencial demonstrar que dará des-



Senado inicia discussão, em segundo turno, de PEC que reduz as sessões conjuntas do Congresso a atos políticos, como a posse do presidente da República

tinuação social ao bem público recebido. Ela terá que provar isso por meio de projeto aceito por órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

SESSÕES CONJUNTAS

Na mesma quinta-feira, o Senado inicia discussão, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que

reduz as sessões conjuntas do Congresso à realização dos seguintes atos: inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado estrangeiro.

Como se trata de emenda constitucional, a matéria terá mais duas sessões de discussão, antes de ser votada, quando precisará

de três quintos dos votos do Plenário para ser aprovada. Depois, ainda precisará ser enviada à deliberação da Câmara. Só então, se aprovada também em dois turnos, poderá ir à promulgação.

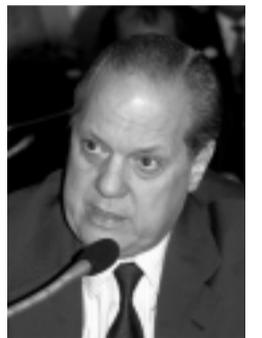
A iniciativa altera seis artigos da Constituição para estabelecer que as duas Casas do Legislativo deverão reunir-se exclusivamente para a realização de atos de natureza política. Lúcio Alcântara considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas, inclusive para a apreciação da lei orçamentária e dos vetos do presidente da República. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Jefferson Péres (PDT-AM) concordou plenamente com a idéia da mudança.

Também nesta semana, o Senado vota decretos legislativos autorizando o funcionamento ou permitindo a renovação de concessão de funcionamento de 11 emissoras de rádio em todo o país.

CRE deve apreciar texto que proíbe porte de armas

O substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aos projetos que restringem o porte de armas de fogo deve ser votado amanhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne a partir das 17h30. Conforme o texto de Piva, ficam proibidas as autorizações de porte de arma de fogo em todo o país e são anuladas as autorizações já concedidas. Os registros de armas de fogo já concedidos continuam válidos, pois o substitutivo mantém o direito de posse de arma de fogo dentro de casa, proibindo seu porte nas ruas ou em veículos.

Só é admitido o porte de arma de fogo a



Pedro Piva é autor do substitutivo na pauta da CRE

quem a lei reconhece esse direito como inerente à função ou atividade que exerce. Nessa autorização, estão incluídos os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) que exercem poder de polícia em áreas florestais e de preservação. O substitutivo estabelece que o registro, posse e porte de arma de fogo por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais serão regulados por normas especiais.

Na mesma reunião, a CRE examina a indicação dos diplomatas Tomas Maurício Guggenheim e Ney do Prado Dieguez para o cargo de embaixador do Brasil no Gabão e na Guiana, respectivamente. As mensagens presidenciais serão apreciadas em sessão secreta, como determina o Regimento do Senado. Caso sejam aprovadas na CRE, as indicações ainda dependem de posterior apreciação pelo Plenário.

EDUCAÇÃO

A inclusão do recurso de legenda oculta (*closed caption*) será debatida amanhã, a partir das 11h30, na Comissão de Educação (CE). São dois projetos de lei sobre o assunto: um que fixa a cota mínima de aparelhos a serem fabricados com o recurso, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e outro, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que determina a obrigatoriedade do uso de legendamento oculto pelas emissoras de televisão.

CAE analisa aumento do limite de endividamento da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos vota, amanhã, autorização para o aumento do limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões. A matéria, que teve vista coletiva concedida aos integrantes da comissão na última reunião, recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Os recursos deverão ser captados nos 18 meses que se sucederem à aprovação da matéria, já que não haveria mais tempo para conseguir ainda este ano os R\$ 2,2 bilhões previstos no pleito inicial da companhia.

O dinheiro servirá para alongar a dívida de curto prazo da Petrobras, hoje em US\$ 5,1 bilhões. O financiamento será feito através de títulos lançados no mercado internacional, com taxa fixa de juros e vencimento entre cinco e 20 anos. Segundo o relator, os recursos vão adequar o perfil da dívida da empresa ao

tempo de retorno de seus investimentos.

Dois projetos do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que alteram o mercado de seguros também integram a pauta da comissão. O primeiro torna obrigatório o seguro de garantia para os compromissos das administradoras de consórcio. A matéria tem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA). O segundo inclui o seguro rural entre os casos em que o governo federal poderá assumir riscos catastróficos e excepcionais, por intermédio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A matéria tem voto favorável do relator, senador Luiz Otávio.

Os senadores da comissão analisam também o projeto de lei do Poder Executivo que transfere do presidente da República para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência para autorizar o aumento de capital social das empresas públicas e



A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia, também, projeto que torna obrigatório o seguro de garantia para os consórcios

sociedades de economia mista sob controle direto ou indireto da União. O relator, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou emenda de redação adequando o projeto, já aprovado pela Câmara, à composição ministerial hoje vigente.

Deve ser analisado na reunião da CAE o projeto de lei complementar da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que regulamenta a cooperação entre União, estados e municípios. A matéria, que tem voto favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), regulamenta o estabelecimento de convênios entre os entes da Federação nas áreas de saúde pública, ge-

ração de emprego e renda e preservação ambiental, entre outras.

A pauta se completa com o exame de dois substitutivos: o apresentado pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) ao projeto de lei do deputado Inácio Arruda (PC do B-CE), que exclui das desapropriações para reforma agrária a indenização para benfeitorias executadas com recursos públicos; e o apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que isenta os desempregados e cidadãos de baixa renda da taxa de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

STF e STJ serão ouvidos sobre reforma do Judiciário

Presidentes dos dois tribunais, além do ministro Nelson Jobim, participarão de audiência pública, amanhã. Devem ser ouvidos também, em outras datas, representantes dos demais tribunais superiores, da OAB e do Ministério Público

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Mário Velloso, expõe amanhã à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sua posição a respeito da proposta de emenda constitucional que estabelece a reforma do Poder Judiciário. Outro ministro do Supremo, Nelson



Carlos Mário Velloso, presidente do STF, abre as audiências sobre reforma

Já aprovada pela Câmara, a proposta começou a tramitar em agosto no Senado. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), defende o aperfeiçoamento do texto aprovado pelos deputados. “Desta vez o Senado não vai ser apenas uma câmara alta a bancar o cartório

que reconhece firma”, disse.

Além dos três ministros que comparecerão à CCJ amanhã, o relator pretende ouvir a opinião a respeito da proposta de outros presidentes de tribunais superiores e de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com Cabral, as mudanças na Justiça só se tornarão possíveis “depois de um longo e complexo caminho de consultas e reflexões”.

VELOCIDADE

Entre os principais objetivos da emenda constitucional estão os de dar maior velocidade à Justiça, diminuir o volume de processos, modificar a legislação processual, considerada envelhecida, e criar o controle externo do Poder Judiciário. Para o relator

OS PRINCIPAIS PONTOS DA EMENDA

- Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso.
- Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados.
- Fim do recesso anual de dois meses na Justiça.
- Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade.
- Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades.
- Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal.
- Proibição aos juízes de emitirem opinião sobre os processos que presidam.
- Súmula vinculante para decisões do STF, em matéria constitucional, e somente com a aprovação de três quintos do Tribunal.

da matéria, a reestruturação da Justiça deve ser feita de forma equilibrada, para que o Judiciário mantenha sua autonomia em relação aos demais Poderes.

– O Judiciário é o poder responsável pelos direitos funda-

mentais do homem, o guardião da cidadania. O cumprimento de suas funções constitucionais depende de sua independência, que passa, necessariamente, por sua autonomia administrativa – afirma Cabral.

Tião Viana pede ao governo posição ativa no Oriente Médio

O agravamento dos confrontos entre palestinos e israelenses levou o senador Tião Viana (PT-AC) a fazer um apelo em Plenário, na sexta-feira, para que o governo brasileiro também intervenha no conflito. “Nossa chancelaria, com uma longa história de prudência e cautela, precisa movimentar-se no sentido de oferecer algum tipo de contribuição para o encaminhamento da questão que convulsiona, uma vez mais, o Oriente Médio”, afirmou.

Viana também estendeu essa convocação ao Congresso Nacional. “Que ele a acompanhe atentamente o desenrolar dos acontecimentos e, no limite de sua capacidade, ajude o Brasil a posicionar-se bem ante a crise que se abate sobre o Oriente Médio”, declarou.

Para o senador petista, um parlamento identificado com as demandas de seu tempo exige flexibilidade para incorporar às suas funções tradicionais os novos papéis impostos pela realidade contemporânea.

Ao defender a participação do Brasil na busca de solução para a pendência histórica entre palestinos e israelenses, Tião Viana lembrou que não está em jogo apenas uma disputa territorial. Na verdade, esse episódio colocaria dois desafios à comunidade mundial: risco de desestabilização econômica, diante da dependência do petróleo produzido no Oriente Médio, e superação de divergências, sejam de caráter religioso ou político, sem fazer uso da força.

Na opinião de Tião Viana, é imperiosa a ação da comunidade internacional no sentido de promover a imediata cessação das hostilidades para reabrir as negociações de paz.



Viana vê risco de desestabilização econômica no mundo

CCJ deverá votar financiamento público de campanhas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na quarta-feira, após a Ordem do Dia, para apreciar pauta de 17 itens, entre os quais parecer do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), favorável ao projeto que trata do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos. A matéria, que foi reapresentada na atual legislatura pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), faz parte das proposições aprovadas pela comissão temporária destinada a estudar a reforma político-partidária. O projeto eleva de R\$ 0,35 (valor de agosto/95) para R\$ 7, nos anos em que se realizarem eleições, o valor que, multiplicado pelo



Proposta de Sérgio Machado faz parte das sugestões da comissão temporária da reforma político-partidária

número de eleitores alistados em 31 de dezembro do ano anterior, constituirá a dotação orçamentária ao Tribunal Superior Eleitoral destinada ao alistamento e campanhas eleitorais. Os recursos serão distribuídos aos diretórios nacionais dos partidos um ano antes das eleições, nas proporções de suas bancadas existentes na Câmara dos Deputados.

Também veda a utilização de outros recursos financeiros no financiamento das campanhas. Outro item que deverá ser analisado pela CCJ é o parecer do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), favorável ao projeto do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) que implanta um modelo de gestão democrática nos níveis

fundamental e médio do ensino público. O projeto determina a participação de representantes da direção escolar, do corpo docente e discente e da comunidade local nas decisões de planejamento, avaliação e implementação das ações das escolas. Também está incluída na pauta da CCJ a análise de outro parecer do senador Antonio Carlos Valadares, favorável a projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que proíbe a utilização da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. Segundo o autor da proposta, a expressão pode ser entendida como discriminação contra pessoas obesas ou pertencentes a determinadas etnias. A matéria está tramitando em caráter terminativo.

CAS e CCJ discutem restrições à propaganda de fumo

Membros das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania farão reunião conjunta quarta-feira, quando será apresentado e discutido o parecer do senador José Roberto Arruda, relator do projeto que trata da matéria

Patrocínio sugere redução da carga tributária sobre os medicamentos

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu a redução da incidência de impostos como forma de reduzir o preço dos medicamentos, sobretudo para a população carente. Dizendo que o Brasil cobra a maior carga tributária sobre remédios no mundo,



Patrocínio: diminuição dos impostos permitiria reduzir preços finais ao consumidor

ele sugeriu que o Congresso aproveite o debate sobre a reforma tributária para reduzir esses tributos.

Patrocínio citou dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo segundo os quais a carga tributária total sobre os remédios é de 40%. Ele acrescentou que, de acordo com a revista *Pharma Business*, esse índice chega a 27,7%, embora o ministro da Saúde, José Serra, tenha declarado que a carga é de 22%.

O senador afirmou que o Brasil taxa "exageradamente" os medicamentos, em comparação a outros países. Ele informou que, só de ICMS, são 18% enquanto o equivalente em nações como Venezuela, Portugal e Irlanda é a taxa zero sobre o valor agregado. Na França, acrescentou, é de 2%. Na Grécia, Bélgica e Itália, o índice é de 6%. No Paraguai, 10% e, na Alemanha, é 14%. Segundo ele, somente a Ar-

gentina e a Dinamarca apresentam valores maiores aos brasileiros: 21% e 22% respectivamente.

— A distorção na tributação dos medicamentos no Brasil é tal que remédio de bicho é menos taxado que remédio para gente. A Novalgina para uso humano

acaba saindo, por isso, mais cara que o mesmo medicamento destinado a animais. O mesmo ocorre com a pomada Calminex, também mais barata para bicho do que para gente — comentou o senador.

Senador destaca trabalho do Tribunal Penal Internacional

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a atuação do Tribunal Penal Internacional (TPI), que, segundo ele, tem cumprido corretamente seu papel de promover a defesa dos direitos humanos no mundo, "punindo exemplarmente a prática criminosa e tornando efetiva a realização da justiça", disse.

Conforme Patrocínio, o TPI tem jurisdição excepcional sobre crimes considerados graves e também atua quando é chamado para garantir a justiça em países que passam por

Patrocínio informou que a comercialização de medicamentos no país movimenta R\$ 14 bilhões por ano, envolve 50 mil farmácias, grande número de empresas distribuidoras e mais de 300 laboratórios produtores.

— É um enorme mercado, mas imperfeito, desequilibrado contra o consumidor. Principalmente contra o consumidor pobre, que não consegue tratar da sua saúde por falta de recursos frente aos preços dos remédios. Vemos que uma parte desses preços exagerados é feita por impostos, excessivos e injustos, que punem as empresas do setor e, principalmente, o consumidor — frisou o senador.

situações de guerras ou de conflitos generalizados. Ele contou que, recentemente, o tribunal condenou um homem na Iugoslávia a dez anos de prisão, em decisão definitiva, por ter praticado estupro, hoje considerado crime de guerra, confirmando o julgamento em primeira instância, concluído em 1998.

Para o senador, o Tribunal Penal Internacional tem demonstrado eficiência em regiões que enfrentam a guerra, na proteção de populações indefesas e na inibição à violência.

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam reunião conjunta na próxima quarta-feira, a partir das 10h, para discutir o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre o projeto de lei do Executivo que proíbe a propaganda de produtos fumíferos nos meios de comunicação e limita os anúncios comerciais colocados na parte interna dos pontos de venda.

Relator da matéria nas duas comissões, Arruda — que ainda não divulgou seu parecer — afirmou, em audiência pública realizada no último dia 18, que o tabagismo "é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos".

Na avaliação dele, a proibição de propaganda de derivados do fumo nos meios de comunicação gerou uma discussão cultural na sociedade, à semelhança do que ocorreu nos países que já adotaram restrições semelhantes.

Os debates que opuseram representantes de vários segmentos diretamente envolvidos com o assunto, ocorridos nos dias 10 e 18 de outubro, em reuniões conjuntas da CAS e CCJ, mostraram os principais argumentos a favor e contra a proibição.

Representantes de instituições como o Instituto Nacional do Câncer, a Associação Médica Brasileira e a Associação Brasileira de Cardiologia foram unânimes na defesa das restrições à propaganda contidas no projeto, como



Na opinião de José Roberto Arruda, o tabagismo "é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos"

medidas de saúde pública. Eles subsidiaram os integrantes das comissões com dados sobre os malefícios do tabagismo e sobre a redução do consumo atingida nos países que vedaram a publicidade desses produtos.

Empresários, donos de agências de propaganda e proprietários de veículos de comunicação argumentaram que as restrições do projeto em exame no Senado seriam inconstitucionais e implicariam violência à liberdade de expressão comercial.

Os juristas que compareceram às audiências discordaram quanto à constitucionalidade do projeto. Marcelo Cerqueira considerou-o constitucional, pois é obrigação do Estado zelar pela saúde pública, a seu ver, ameaçada pelo consumo de derivados de fumo. O ex-senador Josaphat Marinho argumentou que a proibição infringe o preceito da liberdade de expressão e que, portanto, ela seria inconstitucional, além de incoerente com a permissão das atividades de produção de derivados do fumo.

Porto propõe aumento do valor da dedução por dependente

A correção dos valores que os contribuintes podem deduzir por cada dependente do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que tramita na comissão em caráter terminativo, reajusta esses valores em 51%, percentual equivalente ao da variação do salário mínimo desde a publicação, em 1995, da lei que regulamenta o tema.

A proposta eleva de R\$ 90 para R\$ 136 a quantia que pode ser deduzida por dependente na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do IRPF. Na declaração de ajuste anual, a dedução

por dependente passaria de R\$ 1.080 para R\$ 1.632.

Ao justificar o projeto, Porto lembra que as deduções por dependente têm o objetivo de reduzir o peso do Imposto de Renda sobre os contribuintes responsáveis pela manutenção de suas famílias, compensando o maior comprometimento dos rendimentos desses contribuintes em comparação aos que não têm dependentes. "São instrumentos essenciais para os objetivos de isonomia e justiça que devem nortear a administração tributária", afirma ele.

Arlindo Porto lembra que a última atualização das tabelas de deduções por dependente foi feita há cin-

co anos. "Infelizmente, o papel reservado a essas deduções tem sido esvaziado ao longo dos anos, devido ao aviltamento dos valores estabelecidos em lei como admissíveis", diz ele.

Outros projetos tramitam no Senado com o objetivo de alterar a legislação do Imposto de Renda. Um deles, do senador Edison Lobão (PFL-MA), prevê a ampliação de R\$ 900 para R\$ 1.800 do limite de isenção para os aposenta-



Porto: com a correção, que não é feita há cinco anos, cairia o Imposto de Renda pago pelos contribuintes

dos com mais de 65 anos. "O limite atual revela-se insuficiente para proporcionar vida digna ao trabalhador que entra, estatisticamente falando, no último estágio de vida", observa Lobão. Seu projeto, que também tramita na CAE, torna ainda facultativa a apresentação de declaração anual de renda por aposentados já tributados na fonte mensalmente.

Quatro outras propostas que se

encontram na CAE prevêm mudanças na legislação do IRPF. Projeto de Romeu Tuma (PFL-SP) estabelece isenção para proventos recebidos por portadores de grave doença do fígado. Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer isentar os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propõe isenção do pagamento de juros de prestações do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) até o valor de R\$ 1.700. E o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quer incluir entre as deduções legais os gastos dos contribuintes com despesas efetuadas para a compra de livros e de assinaturas de jornais e revistas.

Tebet defende projeto nacional para desenvolver a Amazônia

Senador vê ameaça à soberania nacional e pede mais investimentos no projeto Sivam e nas Forças Armadas

Preocupado com a iminência de intervenção estrangeira na Amazônia, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu mais recursos para o projeto de vigilância e monitoramento eletrônico da região (Sivam) e a urgente elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste.

Segundo Tebet, que foi o relator do projeto Sivam no Senado, apenas um amplo programa voltado para a ocupação e melhoria das condições da Amazônia pode afastar as ameaças à soberania nacional e diminuir as desigualdades regionais.

— Creio que não há exagero nessa minha preocupação, que é a mesma de muitos brasileiros — afirmou o senador, apontando como grave o fato de o candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, George W. Bush, ter sugerido, em debate, que os países ricos recebam terras dos países pobres como pagamento das dívidas externas.

Nesse sentido, Ramez Tebet disse que é importante que o Congresso instale uma comissão par-



"Precisamos estar atentos", adverte Ramez Tebet, preocupado com a possibilidade de intervenção estrangeira

lamentar de inquérito para investigar a atuação das organizações não-governamentais e de outros organismos estrangeiros que atuam na região.

Ele discordou de aparte do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que considerou normal e "efeito da globalização" a presença de estrangeiros em solo brasileiro. "Não podemos entender a globalização como sinônimo de submissão. Aquela proposta é inaceitável e indecente", afirmou Ramez Tebet.

O senador acrescentou que há muito a região amazônica é cobrada internacionalmente por suas riquezas e potencialidades.

Por isso, acentuou, o Brasil precisa vigiá-la, investindo mais no projeto Sivam e nas Forças Armadas. "Os sinais de alerta vêm dos nossos vizinhos. Precisamos estar atentos", reforçou.

Tebet recebeu apoio do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), sub-relator do projeto Sivam à época da tramitação da matéria na Casa. Quintanilha também vê a necessidade de um programa abrangente para o desenvolvimento da Amazônia. "Devemos ter uma harmonia entre a preservação ambiental e o aproveitamento das riquezas; não basta ter um olhar contemplativo", opinou.

Embrapa atua com competência e seriedade, afirma Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem atuado com "competência e seriedade". De posse do relatório de atividades da instituição relativo a 1999, Jucá fez questão de assinalar as principais conquistas e reali-



Jucá destaca "empenho em enfrentar os problemas da atualidade"

zações da empresa no período, tanto na área de pesquisa e desenvolvimento como na de transferência de tecnologia.

Segundo Jucá, a Embrapa exibe uma lista extensa de novos conhecimentos e soluções obtidas nas áreas de biotecnologia e recursos genéticos, recursos naturais e meio ambiente, produção animal e vegetal, agroindústria e alimentos, entre outras. Os avanços em inovação tecnológica já renderam, inclusive, premiações à empresa. Pela criação da Sembra 2000, uma sementeira para agricultura familiar com fonte de potência mecânica, que substituiu a tração animal, a Embrapa ganhou o troféu de prata, na categoria "Novidade", do Prêmio Gerdau Me-

lhores da Terra.

A produção e divulgação de informação científica também foram objeto de reconhecimento e premiação. Romero Jucá informou que a Embrapa, ao longo de 1999, lançou 31 novos títulos de livros, com a tiragem de 53 mil exemplares. A qualidade

nessa área também foi atestada com a conquista do segundo lugar na categoria "Ciências Naturais" do Prêmio Jabuti, concedido à publicação *Amazônia - Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*.

Ainda de acordo com o senador tucano, a Embrapa também recebeu um impulso no setor de comercialização de sementes básicas, que fechou o ano de 1999 com a marca de quase sete mil toneladas de sementes vendidas. Diante dos feitos exibidos no campo da pesquisa agropecuária, Romero Jucá elogiou o empenho da Embrapa em enfrentar os problemas da atualidade, propondo soluções tecnológicas para os desafios do país.

Antero alerta para dificuldades dos produtores de arroz de Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) chamou a atenção para os prejuízos que os produtores de arroz de seu estado estão sofrendo pela dificuldade de comercialização da safra 1999/2000. Quando conseguem a comercialização do produto, afirmou o senador, os agricultores obtêm preço abaixo do mínimo garantido pelo governo federal.

As dificuldades, informou Antero Paes de Barros, têm sido ainda maiores para os pequenos produtores, pois esses dependem da venda da safra atual para poder conseguir crédito oficial destinado ao próximo plantio.

— Aos milhares, eles têm sido as principais vítimas da falta de uma política agrícola para o país — registrou o senador, observando que 530 associados



Antero Paes de Barros diz que pequenos agricultores são ainda mais prejudicados

da Cooperguarantã, localizada no município de Novo Mundo, no norte do estado, tomaram empréstimos do Banco do Brasil para custear a safra e não conseguiram, até o momento, honrar o pagamento.

O parlamentar informou que na noite da última quinta-feira os

produtores resolveram ratear os prejuízos de mais de R\$ 200 mil reais que a entidade vem acumulando em função da crise do arroz. Por esse motivo, acrescentou, os agricultores estão reivindicando que o governo cubra as diferenças que não puderam ser pagas, e que correspondem aos estoques que estão nos armazéns do estado, totalizando 208 mil toneladas de grãos. "Certamente isso dará fôlego aos agricultores, devolvendo-lhes a oportunidade de habilitação a novos investimentos", afirmou Antero Paes de Barros.

O problema enfrentado pelos agricultores do estado teve como causa, segundo Antero, a boa safra que os agricultores nordestinos colheram por causa das chuvas que caíram na região, principal mercado consumidor do arroz mato-grossense.

Quintanilha elogia ritmo das obras de hidrelétrica

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) elogiou o ritmo e o estágio avançado das obras da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, que estão 15 dias à frente do previsto no cronograma.

Quintanilha destacou que a hidrelétrica deverá ficar pronta no ano que vem, depois de três anos e de um custo de R\$ 1 bilhão, levando luz a regiões onde ainda não há eletricidade e transformando o estado em exportador de energia. O senador lembrou que o Tocantins é um estado privilegiado, por ter duas bacias importantes, a do Araguaia e a do Tocantins.



Quintanilha informa que as obras estão 15 dias à frente do previsto no cronograma

Leomar Quintanilha acredita que o Brasil precisa urgentemente de investimentos no setor elétrico, e disse não entender o desinteresse do governo em relação ao Proálcool, um programa de geração de energia que considera alternativa limpa. Ele observou que o programa poderia livrar o país das incertezas do mercado internacional do petróleo.

O senador acredita que a retomada do Proálcool atenderia ao apelo de ambientalistas e garantiria cidades menos poluídas, além de proporcionar independência energética.

Lançamentos marcaram presença do Senado em bienal

A participação na feira de livros do Ceará permitiu à população conhecer as atividades e os novos livros da Casa. Também teve destaque a publicação em braile de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente

TV Senado já pode ser vista com sinal aberto para antena parabólica

Quem possui antena parabólica já pode sintonizar diretamente a TV Senado, mesmo sem ser assinante de serviço de televisão por assinatura. Desde quinta-feira, dia 19, o telespectador conta com a alternativa de acompanhar, pelo sistema analógico, a cobertura completa das atividades dos senadores e toda a programação da TV Senado, que pode ser captada, em qualquer lugar do país, por antenas parabólicas comuns.

Anteriormente, só quem possuía equipamento para recepção digital podia captar o sinal da TV Senado por meio de antena parabólica.

Estima-se, com a nova forma de transmissão, que a TV Senado alcançará mais oito milhões de novos telespectadores. A emissora está em atividade há quatro anos, com o sinal sendo captado através de operadoras



de televisão por assinatura de todo o país.

O proprietário de parabólica pode, ele mesmo, preparar a antena para sintonizar a TV Senado. O procedimento, de duas etapas, é bem simples. Primeiro, deve selecionar a posição vertical do aparelho e sintonizar a TV Cultura, de São Paulo. Depois, basta virar a chave de seleção de polarização para a posição horizontal. A frequência é de 4.130 MHz.

O sinal da TV Senado está sendo transmitido pelo sistema analógico, em caráter experimental, pelo satélite Brasilsat B-1. É importante que o público entre em contato, informando a qualidade da recepção, pelo telefone 0800-61-2211. A ligação é gratuita de qualquer lugar do país. Contatos também podem ser feitos via Internet, pelo [e-mail tv@senado.gov.br](mailto:e-mail_tv@senado.gov.br).

A participação do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, encerrada ontem, ofereceu à população do estado a oportunidade de tomar conhecimento das atividades e publicações da Casa. O evento reuniu cerca de 200 mil pessoas, com grande movimento no estande do Senado.

Na sexta-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do Conselho Editorial, promoveu o lançamento dos livros *Dom Heller*, *o Artesão da Paz*, organizado pelo padre Caramuru e Lauro Oliveira, e *Discurso Autoritário de Cairu*, do professor João Alfredo Montenegro. Alcântara também distribuiu exemplares da primeira edição da Constituição do Ceará em braile a representantes de associações de deficientes visuais.

Nos seis dias da feira, os visitantes tiveram a oportunidade de navegar pelo *site* do Senado na Internet, assistir à TV Senado e conhecer os títulos publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado. A exposição de documentos do Arquivo da Casa chamou a atenção dos visitantes, especialmente a cópia do manuscrito em que o ex-presidente Fernando Collor renunciou ao mandato.

Marlin Rodrigues, 14 anos e deficiente visual, aprovou as publicações em braile. Ele ficou satisfeito por saber que o Senado empreende esse trabalho para que os cegos tenham acesso à legislação, como o Estatuto

da Criança e do Adolescente.

— O ideal é que todos os livros sejam impressos em braile — afirmou.

Para Eliezer Queiroz, vereador de Limoeiro, o Senado se aproxima da população ao participar da bienal.

— As pessoas não sabem qual é o papel do Senado, o que os senadores fazem. Aqui no Ceará, a população toma conhecimento do trabalho — disse.

O secretário adjunto de Educação do Rio Grande do Norte, Kerginaldo Jacob de Medeiros, comprou obras para a nova biblioteca estadual, que está em construção em Natal.

— O Senado oferece livros que estão fora das prateleiras das livrarias, títulos valiosos. Vi coisas aqui que há muito tempo não via — afirmou.

Iris defende participação dos jovens no planejamento de programas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu o envolvimento dos jovens no planejamento, implementação e avaliação das atividades que tenham impacto sobre suas vidas. Esse envolvimento é o que também estabelece o Programa de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, do qual o Brasil foi um dos signatários. Registrando a passagem do Dia da Juventude, comemorado em 15 de outubro, o senador comparou a situação dos 32 milhões de jovens de hoje, “carentes de utopias, de organização coletiva e de recursos de poder”, com os dos anos 60 e 70, “que se mobilizavam na luta pelo socialismo, pacifismo, liberdade e igualdade”.



Iris Rezende lamentou a pouca participação política da juventude brasileira

Iris lamentou a falta de participação política, no Brasil, das pessoas entre 15 e 24 anos. “Nas duas últimas décadas, apenas no movimento das Diretas Já, em 1984, e no *impeachment* do ex-presidente

Fernando Collor, em 1992, houve participação da juventude, ainda que de forma diluída.”

Atualmente, segundo Iris, as oportunidades de vida provocaram o surgimento de duas categorias de jovens no Brasil: uma que vive no mundo das escolas particulares e outra que enfrenta dificuldades no ensino público e abandona os estudos devido à maternidade precoce, para garantir o próprio sustento ou ganhar a vida nas ruas. Além disso, afirmou, há um paradoxo entre o mundo altamente tecnológico, que dá ao jovem uma grande carga de informações, mas não lhe garante acesso ao mercado de trabalho. “O resultado é um mundo de ansiedade e depressão”, concluiu o senador.

Começa no Petrônio Portella mostra de filmes e artes plásticas da China



Em conjunto com a Embaixada da República Popular da China, o Senado Federal promove, a partir de hoje até quinta-feira, a mostra da produção cinematográfica chinesa. Os filmes selecionados são *A Trança Feiticeira*, *Balseiro no Rio Amarelo* (foto ao lado) e *Vencedor*, todos com legenda em espanhol.

Os trabalhos, realizados na década de 90, são uma demonstração do que é considerado um dos

períodos áureos da produção chinesa no cinema. Acompanha a mostra de filmes, no *hall* do Auditório Petrônio Portella, exposição de pintura a óleo de novos talentos da arte plástica da China. A mostra estará aberta ao público das 9h às 18h. As sessões cinematográficas serão iniciadas sempre às 18h30.

O Auditório Petrônio Portella localiza-se no Anexo II, Bloco B, do Senado Federal.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Pedro Simon e o professor de Relações do Trabalho, José Pastore, falam do combate à pobreza
7h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
8h — *Especial* — A Carta
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Atividades com medidas
9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
9h30 — Congresso de Aplicações da Internet no Governo — parte 3
11h — *Entrevista Especial* — Segurança pública
12h — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate* — Sen. Pedro Simon e o professor de Relações do Trabalho, José Pastore, falam do combate à pobreza
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Revista Brasília*
19h30 — *Debate* — Sen. Pedro Simon e o professor de Relações do Trabalho, José Pastore, falam do combate

à pobreza

20h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Moreira defende Eletrobrás de acusações de ex-conselheiro

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou reportagem publicada na edição de 11 de outubro da revista *Carta Capital* sobre a empresa Eletrobrás.

De acordo com o senador, as denúncias feitas pelo ex-conselheiro da empresa Francisco de Assis Peres Soares sobre o processo de privatização da Eletrobrás são "levianas, infundadas e oriundas de interesses individuais e intenções duvidosas, na tentativa de denegrir o nome da companhia e de seus administradores". Moreira Mendes informou que todas as denúncias foram prontamente esclarecidas pela Eletrobrás.

Francisco Soares, que fazia parte do Conselho Fiscal da Eletrobrás, afirmou, segundo relatou o senador, que a empresa teria feito um rebaixamento de ativos, no montante de R\$ 2,163 bilhões, o que, em última análise, teria lesado os acionistas minoritários. O senador afirmou que essa operação está respaldada pela Lei nº 9.358 e pela Medida Provisória nº 1.985-22, de 1999. Esses dispositivos, explicou, disciplinam a indenização da Eletrobrás pela União pelo custo excedente das usinas nucleares em relação a uma hidrelétrica do



Moreira repudiou as críticas à operação que teria lesado acionistas

mesmo porte.

O senador explicou que o valor da indenização foi definido por um grupo de trabalho dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e, como o valor apurado pelo grupo e o esperado pela contabilidade da empresa não coincidiam, a União deixou de reconhecer esse saldo remanescente e a sua liquidação foi feita por baixa contábil. Essa operação recebeu parecer favorável de auditores independentes, afirmou Moreira Mendes.

Sobre outra denúncia feita pela revista, de que uma reunião com apenas dois conselheiros teria aprovado aumento de capital de R\$ 6,180 bilhões, Moreira Mendes disse que os demais conselheiros participaram do encontro pelo recurso conhecido como *conference call*, que permite reunião eletrônica de pessoas em diferentes lugares. Ele acrescentou que "não se pode deixar levar à lama o nome e a tradição de empresas como a Eletrobrás".

O senador destacou iniciativas recentes da empresa, diversas delas no Acre e Rondônia, como o investimento de R\$ 190 milhões na interligação elétrica entre os dois estados.

Cândido presta homenagem a controlador de tráfego aéreo

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) registrou, sexta-feira, a passagem do Dia Internacional dos Controladores de Tráfego Aéreo, homenageando os profissionais que atuam na área. Ele destacou a capacidade e o grau de especialização desses profissionais e os comparou a "anjos da guarda", que guardam milhões de vidas e equipamentos caríssimos em todo o país.

Geraldo Cândido lembrou o acentuado desenvolvimento tecnológico que o setor aeronáutico experimenta continuamente, com a implantação de radares, computadores, rede de telecomunicações e várias outras inovações, e salien-



Cândido comparou os controladores a "anjos da guarda"

tou que somente através do controlador de tráfego é possível operacionalizar todo esse sistema tão complexo.

— O controlador percebe, analisa, decide e determina os procedimentos a serem observados pelas tripulações dos vôos — disse, acrescentando que o controlador tem

de apresentar raciocínio lógico e ágil, além de visão e audição perfeitas, ótima dicção e fluência em várias línguas.

Segundo o senador, os controladores de tráfego são "notáveis anônimos", que são obrigados a se manter atentos todo o tempo, trabalhando num estado de tensão ininterrupta.

Álvaro denuncia pressões contra a CPI do Futebol

Segundo senador, alguns dirigentes de clubes vêm tentando inviabilizar a comissão por temerem que ela faça uma investigação profunda

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disse na sexta-feira não temer agressões vindas de lideranças políticas que não querem que a comissão aprofunde suas investigações. Ele se referiu principalmente à eventual resistência que poderia ser feita por deputados que dirigem clubes de futebol e integram a CPI criada pela Câmara dos Deputados para apurar os negócios entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Nike.

— Agressões chulas não vão me intimidar. Irei conduzir os trabalhos da CPI com todo rigor e determinação e lutar para que o relatório final aponte os culpados de corrupção e abra caminho para que o futebol brasileiro seja fortalecido e melhor administrado — afirmou o senador.

Álvaro Dias observou que as comissões parlamentares de inquérito, apesar de certas limitações constitucionais, são instrumentos eficazes na elucidação de fatos que inquietam a população. Para ele, "os que desejam transformar a CPI numa encenação não querem que o futebol brasileiro, que é de inte-



Álvaro Dias: "Agressões não vão me intimidar. Irei conduzir os trabalhos da CPI com todo rigor"

resse público, passe por uma completa investigação".

Ele informou que a CPI do Futebol começou a incomodar os dirigentes de clubes desde o momento em que foi anunciada, com o endosso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. De lá para cá, conforme notou, lideranças políticas ligadas ao esporte vêm tentando inviabilizar a sua instalação, não obtendo sucesso.

Autor do requerimento de criação da CPI do Futebol, instalada pelo Senado na última quinta-fei-

ra, Álvaro Dias acrescentou que, tão logo tomou posse como presidente da comissão, passou a receber várias sugestões e denúncias vindas de todo o país, o que demonstra o interesse da população em uma profunda investigação do futebol.

Depois de garantir que os clubes de futebol também serão investigados, apesar da pressão de alguns dos seus dirigentes, Álvaro Dias informou que a CPI vai contar, inclusive, com a ajuda de membros do Ministério Público. Para ele, tal atitude revela a disposição do Senado de trabalhar seriamente no sentido de recolher resultados positivos visando reduzir a corrupção no esporte.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a CPI do Futebol será uma "CPI de alta voltagem política", enquanto o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) voltou a defender a convocação para depor do deputado federal e vice-presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda. Ele é de opinião que, se Eurico Miranda não for convocado, ficará demonstrado que há corporativismo político.

Júlio Eduardo diz que PV quer paz, democracia e educação para todos

A reforma agrária, a universalização da educação e as liberdades democráticas são alguns dos principais pontos do programa do Partido Verde, o PV, segundo o senador Júlio Eduardo (PV-AC), que apresentou as linhas de ação do partido em discurso feito sexta-feira. O senador afirmou que pretende tornar o partido mais conhecido pela sociedade brasileira durante o período em que exercer o mandato.

Júlio Eduardo fez um histórico do Partido Verde, informando que ele foi criado no Brasil em 1986 para cumprir o papel de canal de expressão de novas idéias e de novas possibilidades de organização da sociedade brasileira. "O PV pretende contribuir para a formação de um

grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos do Brasil", disse o senador.

Nesse sentido, ele citou o Acre como um dos focos de irradiação de mudança, com base na ação de líderes como Chico Mendes: "Hoje, felizmente, o Acre é mais conhecido nacional e internacionalmente por ser a terra da senadora Marina Silva, por ser o estado onde, na gestão do governador Jorge Viana, tenta-se viabilizar um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na valorização de nosso maior trunfo, que é a floresta amazônica e suas riquezas".

Entre as causas às quais o Partido Verde vem se dedicando, o senador destacou a luta contra o caos das cidades, a



Júlio Eduardo: o desenvolvimento sustentável e a reforma agrária também são prioridades do PV

preservação da floresta amazônica, da Mata Atlântica e do Cerrado. "Há ainda a situação crítica das águas, o risco da escassez dessa verdadeira riqueza natural, que merece a prioridade de meu partido e a minha, pessoal", encerrou.